



## **O ORNITORRINCO QUE PARIU UM ABAPORU: FORÇA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO PARA UMA ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA<sup>1</sup>**

*The platypus that gave birth to an Abaporu: workforce and education for a primary-exporting economy*

SILVA, Luciano Edison da<sup>2</sup>

DEITOS, Roberto Antonio<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Num cenário de recrudescimento desindustrial e reprimarização da economia brasileira, os egressos da educação têm se deparado com uma perspectiva de mercado de trabalho desconexo com o aumento da escolaridade. Resultado de uma aberração social impressa pela classe dominante que produziu miséria para se servir dela, a educação é vista com instrumento para formar força de trabalho em seus termos, mais força do que cognição. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi estabelecer uma relação entre as ocupações laborais à economia brasileira e o local da educação como formadora da força de trabalho. Para tanto, realizou-se uma análise indutiva dos dados econômicos, ocupações e educação, ancorada em arcabouço teórico que explora a interconexão entre educação e trabalho. Os critérios foram sistematizado por meio de categorias convergentes e divergentes, que contribuíram para compreender a atual estrutura econômica e o papel da educação. Os dados sobre emprego foram extraídos do Ministério do Trabalho e Emprego, para os anos de 2007 e 2017, a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. Além disso, utilizou-se dos dados governamentais, dentre outras fontes com dados tratados. Para o manuseio de dados da educação, foram utilizadas fontes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e outros que possuem dados estatísticos refinados. Como resultado, temos uma economia de baixa atividade tecnológica que demanda ocupações e formação nos mesmos termos.

**Palavras-chave:** Ensino. Emprego. Economia.

### **ABSTRACT**

In a scenario of disindustrial growth and repression of the Brazilian economy, graduates of education have been faced with a job market perspective disconnected with the increase in education. The result of a social aberration imprinted by the ruling class that produced misery to use it, education is seen as an instrument to form labor power in its terms, more strength than cognition. In this sense, the objective of this research was to establish a relationship between labor occupations to the Brazilian economy and the place of education as a trainer of the workforce. Therefore, an inductive analysis of economic data, occupations and education

---

1 O artigo até o momento não foi apresentado em nenhum evento. O resultado deste trabalho faz parte da pesquisa no doutorado do programa de Educação da Universidade do Oeste do Paraná e das atividades de pesquisa no Instituto Federal do Paraná.

2 Professor efetivo de Sociologia, com dedicação exclusiva, no Instituto Federal de Educação do Paraná, campus Capanema. Mestre em educação e pesquisador do GEPPES - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social e GPEMT - Grupo de Pesquisa Educação Matemática e Tecnologias. Atua nos cursos técnicos de nível médio, formação inicial e continuada, graduação e pós-graduação.  
E-mail: luciano\_soc@yahoo.com.br

3 Professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Cascavel. Doutor em Educação e pesquisador do GEPPES - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social. Docente efetivo, atua nos cursos de graduação e pós-graduação.  
E-mail: rdeitos@uol.com.br

was carried out, anchored in a theoretical framework that explores the interconnection between education and work. The criteria were systematized through convergent and divergent categories, which contributed to understand the current economic structure and the role of education. Data on employment were extracted from the Ministry of Labor and Employment, for the years 2007 and 2017, from the Brazilian Classification of Occupations. In addition, government data was used, among other sources with data treated. For the handling of educational data, sources of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira and others that have refined statistical data were used. As a result, we have an economy of low technological activity that demands occupations and training on the same terms.

**Keywords:** Education. Employment. Economy.

---

## INTRODUÇÃO

Forjada entre o moderno e arcaico, constituição liberal e escravização, capitalismo e dirigismo estatal, miséria e opulências e tantas outras aberrações, a formação social brasileira se mantém contraditória para sustentar os históricos privilégios da classe dominante que não mede esforços para conter qualquer mobilidade social que coloque em risco seu projeto de nação. Desta feita, a força de trabalho demandada pela estrutura econômica historicamente orientada para exportação de produtos básicos (PRADO JR, 1981), e em recrudescimento, por meio da eterna superexploração (MARINI, 2013), encontra ocupações para atividades de baixa exigência tecnológica e formação desses trabalhadores nos mesmos termos. Com isso, as políticas educacionais sofrem de forte influxo da atividade econômica, tomando a força física predominante sobre atividades cerebrais.

Utilizado de todos os expedientes, a elite brasileira criou uma estrutura estranha, cheia de *bizarrices* para sustentar a todo custo seus privilégios, não sendo uma coisa nem outra. Parida à fórceps, a estrutura sociopolítica e econômica lhes fornecera, seja pela violência explícita ou simbólica, os trabalhadores desejados, que sejam mais força do que compreensão, para postos de trabalhos correlatos. Desta feita a metáfora sociológica do *ornitorrinco* representa esse quadro de contradições para formar uma sociedade majoritariamente conformada à essa estrutura, cuja oferta de educação se transforma em instrumento ideológico para fornecer os valores que legitimam tais interesses, onde a obra Abaporu simboliza o tipo de trabalhador necessário para a essa economia.

Em recrudescimento, essa econômica tem avançado, tornando o país dependente de *commodities*, mormente agropecuárias e minerais (CANO, 2012). Como não existe sociedade que se desenvolveu e modernizou sem industrialização, devido seu impacto nos diversos setores econômicos (FURTADO, 2005), e, ainda, o Brasil não ter completado esse ciclo industrial, os postos de trabalho que essa econômica oferece são predominantemente para baixa e média qualificação em razão da demanda medíocre que esse mercado demanda (SABOIA, 2009).

## ESTRUTURA ECONÔMICA E A CONFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A enorme evasão de jovens no ensino médio tem sido um dos maiores problemas da educação básica. Etapa onde a bandeira do primeiro emprego, como meio de buscar a tão sonhada liberdade, começa se apresentar mais intensamente, aclara Rocha (2008), educação e trabalho passam a ser equivalentes na faixa etária dos 18 anos.

Logo, a partir daí, a permanência na escola passa a representar uma terceira jornada de trabalho, nos lembra Kuenzer (2007), e as taxas de evasão e abandono sobem vertiginosamente, motivadas principalmente pelo ingresso no mercado de trabalho.

Problema maior encaram os filhos da classe trabalhadora, aqueles que vivem do trabalho e o precisam conciliar com a escola desde muito cedo. Para esses o estabelecimento de relações adequada entre escola-trabalho é de extrema importância, pois, como ensina aquela pedagoga, esse será o único espaço em que podem ter acesso ao conhecimento necessário sobre as relações sociais de produção e suas contradições. Portanto, sem uma transição decente, alerta a Organização Internacional do Trabalho (OIT), esses jovens sofrerão na fase adulta os efeitos de uma educação incompleta e inacabada em empregos informais, sem nenhum tipo de proteção social.

Com uma cultura onde o ensino médio é tido como ponto final dos estudos (IBGE, 2017), sua terminalidade é a que mais preocupa em toda a educação básica. Com altas taxas de evasão, reprovação e abandono, essa juventude acaba assumindo postos de trabalhos cada vez mais precarizados frustrando a transição para a fase adulta, uma vez que essa condição tende-os a acompanhar pelo resto da vida (OIT, 2009). E mesmo para aqueles que dão continuidade nos estudos, que tem aumentado nos últimos anos, passando de uma escolaridade média de 9,7, em 2007, para 10,3 anos, em 2017, para aqueles entre 18 e 29 anos (TPE, 2018), essa evolução não tem sido revertida em condições mais favoráveis, resultando no precariado, “[...] jovens precários altamente escolarizados imersos em incertezas e insegurança crônica” (MACÁRIO *et al*, 2018, p. 73).

Lógico que esse quadro não é “[...] vestígios de um passado, mas partes funcionais do desenvolvimento moderno do país” (OLIVEIRA, 2003, p. 18). A composição da força de trabalho coaduna com as políticas educacionais, onde ambas são impressas por uma estrutura econômica que exige predominantemente escolaridade elementar para atividades braçais. Com isso, sobretudo para os jovens, a escolarização tem mais relações com os processos seletivos do que modernização da estrutura econômica (DEITOS, 2019; SABOIA, 2009).

Resulta, da manutenção e recrudescimento dessa estrutura primário-exportadora, políticas educacionais que visam uma formação da força de trabalho sempre aligeirada e imediata, sem o domínio de conhecimento técnico-científico de todo o processo que possibilitaria avanço e geração de novas tecnologias (DEITOS, 2006). Com isso, o trabalhador necessita de

[...] pouca escolaridade e muita experiência, desenvolvia a sua competência memorizando e repetindo as ações típicas de sua tarefa, do que resultavam destreza psicofísicas, com acuidade auditiva visual, coordenação motora, força física, resistência ao trabalho repetitivo, concentração e assim por diante (KUENZER, 2007, p. 55).

Este sistema educacional, que é rígido e relativamente estável, tem se adaptado a um disciplinamento social e produtivo que atende às demandas da estrutura econômica. Não é surpreendente que Frigotto (2006) tenha observado que, nas reformas da década de 1990, seriam suficientes 11 anos de estudos, o que equivale, no máximo, à conclusão do ensino médio regular. Pesquisas sobre esse período deixam claro a racionalização pedagógica para atender à lógica do mercado (PARO, 2012; DOURADO, 2007).

Para desvendar essa relação entre a formação da força de trabalho, os postos de trabalho e a economia brasileira, foram coletados dados nos sites oficiais do governo federal para os anos de 2007 e 2017, principalmente no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No MTE, utilizamos o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) para identificar o perfil dos contratados em cada ano, incluindo sua escolaridade, idade, salário e tipo de emprego, para contratações ocorridas entre janeiro e dezembro de cada ano. Também utilizamos a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para comparar o estoque de trabalhadores em cada ano com o mesmo perfil.

As características dos postos de trabalho foram comparadas com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Este recurso nos permite nomear, descrever e codificar cada profissão, proporcionando uma visão geral das ocupações que têm sido mais absorvidas pelo mercado de trabalho em termos de complexidade e competências necessárias. Para isso, esse instrumento está dividido em 10 Grandes Grupos (GG), 48 Subgrupos Principais (SGP), 192 Subgrupos (SG) e 607 famílias ocupacionais, totalizando 2.511 ocupações.

Devido ao grande número de linhas que as tabelas poderiam apresentar, optou-se por utilizar os GGs (Grandes Grupos), nos quais cada um agrupa ocupações com base em sua complexidade e nível de competência, variando de 2 a 4, sendo o número mais alto indicativo do maior grau de complexidade, amplitude e responsabilidade exigido para aquela atividade (SABOIA, 2009). Nossa ênfase concentrou-se principalmente nos GG2 e GG3, uma vez que é neles que se encontram as ocupações que requerem ensino superior e ensino técnico de nível médio, com destaque para as competências 4 e 3, respectivamente. Outros grupos, como GG1 e GG0, foram descartados devido à sua alta heterogeneidade.

Além disso, utilizamos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) devido à disponibilidade de informações mais abrangentes sobre o cenário de emprego no Brasil. Isso foi fundamental, uma vez que realizar essa coleta de dados sem o auxílio dos programas estatísticos dessas instituições teria sido um processo mais demorado e trabalhoso.

No campo da educação, coletamos dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para os mesmos anos. Também recorremos a dados do IBGE e do Todos Pela Educação (TPE) pelos mesmos motivos já mencionados anteriormente.

Com o aumento da disponibilidade de séries históricas de forma transparente, como explicado por Jannuzzi (2001), tem se tornado possível identificar as políticas públicas adotadas pelos gestores. Por isso, optou-se por analisar um período de dez anos. O ano de 2007 foi escolhido porque marca o início dos primeiros sinais da crise de 2008, que resultou na desaceleração da economia mundial, afetando principalmente as economias periféricas. Isso ocorreu em um contexto em que o Brasil já era, por razões estruturais, dependente e subordinado ao centro de acumulação mundial de capital (MACÁRIO *et al.*, 2018, p. 31).

Utilizando essas ferramentas, foi possível identificar que, em 2017, o país registrou uma taxa de 35% de jovens, aqueles entre 15 e 29 anos, que não estavam mais estudando e apenas estavam trabalhando, de acordo com os dados da PNAD 2017 (IBGE, 2017). Para os grupos mais vulneráveis, a quantidade de jovens

que não continuaram os estudos após o ensino médio é ainda mais alarmante, o que coloca o Brasil com uma das taxas mais baixas de conclusão do ensino médio e superior, conforme relatado pela OCDE em 2019.

O número de jovens com níveis de escolaridade cada vez mais elevados, mais do que em qualquer outra época, e a geração de empregos, que atingiu seu auge no início dos anos 2000 (SABOIA, 2009), têm contrastado com um cenário de trabalho precário, desemprego, informalidade, sub-remuneração e subocupação. Justamente na fase da vida em que estão em plena capacidade física, criativa e produtiva, o país perde esses jovens para a violência, com taxas de homicídios nessa faixa etária atingindo os piores indicadores, conforme apontam pesquisas do IPEA (2020a). É um ciclo vicioso que afeta a educação e o mercado de trabalho, comprometendo nossa juventude.

De fato, a vida dos jovens no Brasil tem sido extremamente desafiadora, e os dados apresentados corroboram essa realidade. Para entender esse cenário desfavorável enfrentado pelos jovens, é necessário fazer uma retrospectiva histórica para compreender as bases sobre as quais se sustentam os projetos de vida da juventude. Para entender essa formação, é preciso considerar alguns dos diversos meios que a classe dominante utilizou para manter seu poder e evitar qualquer mobilidade social que ameaçasse seu domínio hegemônico. Afinal, ao longo dos séculos, essa classe cometeu diversos crimes sociais, e seria impossível e presunçoso tentar abordar todos eles de uma só vez.

A metáfora do ornitorrinco de Oliveira (2003) ilustra de maneira eficaz esse processo repleto de contradições, capaz de quebrar a galinha para garantir a gemada na mesa dessa, restrita e bem protegida, fatia social. O ornitorrinco, que é simultaneamente réptil, pássaro e mamífero, parece desafiar as expectativas evolutivas, e da mesma forma, o Brasil, como enfatiza esse eminente pensador brasileiro.

Esse sociólogo argumenta que, embora o país tenha alcançado indicadores próximos aos dos países centrais em algumas áreas, ele ainda mantém uma estrutura arcaica e colonial, enraizada no passado e que impede avanços significativos. Nesse contexto, a educação é um exemplo significativo, como destacado por Xavier (1990) ao analisar as implicações econômicas sobre o sistema educacional. O Brasil enfrenta grandes dificuldades em avançar para níveis mais elevados e complexos de educação, mantendo-se ainda com um sistema de ensino fundamental com sérios obstáculos (SHIROMA; LIMA FILHO, 2011). Isso reflete o que podemos chamar de metáfora do Abaporu, uma educação mais voltada para a exploração da força de trabalho física do que para o desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, as figuras mencionadas representam a estrutura econômica historicamente estabelecida pelas elites dominantes a todo custo.

## **FORÇA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO EM UMA ECONOMIA AGROEXPORTADORA**

A construção da constituição socioeconômica do Brasil foi um desafio monumental. Furtado (2005), em sua obra “A Formação Econômica do Brasil,” identifica elementos cruciais desse processo que resultou em um desenvolvimento tecnocientífico limitado. Com técnicas e recursos financeiros direcionados principalmente para a exploração de produtos primários, a estrutura econômica resultante tinha como principal objetivo atender ao mercado internacional. Especificamente, a produção

agrícola estava focada na geração de determinados produtos de alto valor comercial, devido à sua lucratividade, como evidenciado pelas pesquisas desse economista.

Todos os esforços se concentraram no fortalecimento dessa estrutura voltada para a produção de *commodities*. Como é comum em climas tropicais, o sistema de grandes propriedades monocultoras empregava uma força de trabalho de baixa complexidade, o que reduzia a necessidade de grandes investimentos em sua capacitação, ao contrário do que ocorria em regiões de clima temperado, que adotavam uma exploração diversificada com alto nível técnico, conforme observado por Prado Jr. (1981).

A partir dessa situação condicionada, Marini (2013) introduz o conceito de “economia dependente” para descrever o desenvolvimento histórico não apenas do Brasil, mas de toda a América Latina. A relação capitalista estabelecida entre as economias periféricas e as centrais foi, e continua sendo, caracterizada por uma dependência e subordinação, com essas economias periféricas servindo como apêndices para a expansão comercial e concentração de capital, tanto na fase agroexportadora quanto na industrial.

Perpetrada no Brasil, esse modelo econômico foi sustentado por diversos meios e a qualquer custo em benefício de uma elite, o que não demandou, como apontado por Prado Jr. (1981), uma força de trabalho altamente qualificada e conhecimentos avançados na produção. Focando na produção em larga escala de produtos básicos, o aprimoramento da força de trabalho foi consistentemente negligenciado ou simplesmente inexistente. Assim, quando havia uma busca pelo aumento da produção, esse aumento ocorria mais pela expansão das áreas cultiváveis do que pela melhoria das técnicas de produção, que exigiria investimentos em ciência e pesquisa, como esclarece Furtado (2005). Esse processo contribuiu para o baixo grau de desenvolvimento tecnológico do país até os dias atuais, colocando-o à margem das fronteiras da tecnologia.

Devido à abundância de força de trabalho e terras, e ao alto retorno obtido com a tríade monocultura, escravidão e latifúndio, houve pouco incentivo por parte dos empresários brasileiros para alterar essa estrutura (PRADO JR., 1981). Como explicam Marini (2013) e Macário *et al.* (2018), a superexploração tornou-se uma característica histórica da economia brasileira nas relações de trabalho, com jornadas de trabalho intensas e salários comprimidos, compensando a tecnologia obsoleta. Assim, ao tentar conciliar questões antagônicas, como desigualdade social e crescimento econômico, o país acabou levando a sua indústria subdesenvolvida ao paroxismo (Furtado, 2005). Isso também resultou em baixos investimentos em ciência e pesquisa (Frigotto, 2006).

Essa estrutura, que tem se intensificado desde a década de 1980, colocando o país em um caminho de desindustrialização e reprimarização (Cano, 2012; Feijó; Carvalho; Almeida, 2005), sempre encontrou políticas favoráveis a essa estrutura econômica, como ensina Marini (2013). O país sempre soube proteger o setor das flutuações econômicas globais, adotando políticas protecionistas, independentemente do custo para o restante da população.

Atualmente, estamos mais uma vez enfrentando as consequências desse cenário, com políticas cambiais artificiais adotadas para manter o equilíbrio da balança comercial, principalmente impulsionado pelas *commodities*, como alerta Cano (2012). No entanto, esse não é um problema novo, e essa abordagem é adotada para preservar os benefícios do setor primário-exportador, conforme destacado

nos estudos desse economista e do Ilaese (2019). Como resultado, a produção de bens com maior valor agregado tecnológico tem experimentado uma queda desde a década de 1980, como demonstrado na tabela abaixo.

**TABELA 1 – BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO POR INTENSIDADE TECNOLÓGICO DOS PRODUTOS EXPORTADOS ENTRE 1997 E 2017, EM DÓLAR**

					1997-2017	1997-2007	2007-2017
Tipo	2017 (US\$)	2007 (US\$)	1997 (US\$)	Total (US\$)	variação %	variação %	variação %
Produtos N.C.I.T	81.897.958.337	38.965.289.238	9.825.713.046	955.132.878.983	733,00%	296,00%	110,00%
Produtos da Indústria de transformação de Baixa Tecnologia	57.776.096.805	44.817.274.194	18.294.391.197	849.794.526.986	215,00%	144,00%	28,00%
Produtos da Indústria de Transformação de Media-Baixa Tecnologia	27.793.165.190	29.265.934.337	9.134.530.281	461.255.823.382	204,00%	220,00%	-5,00%
Produtos da Indústria de Transformação de Media-Alta Tecnologia	40.329.186.016	37.891.618.081	13.340.116.701	599.262.502.237	202,00%	184,00%	6,00%
Produtos da Indústria de Transformação de Alta Tecnologia	9.942.812.118	9.581.766.905	2.352.744.307	157.767.160.199	322,00%	307,00%	3,76%
Total (US\$)	217.739.218.466	160.521.882.755	52.947.495.532	3.023.212.891.787			

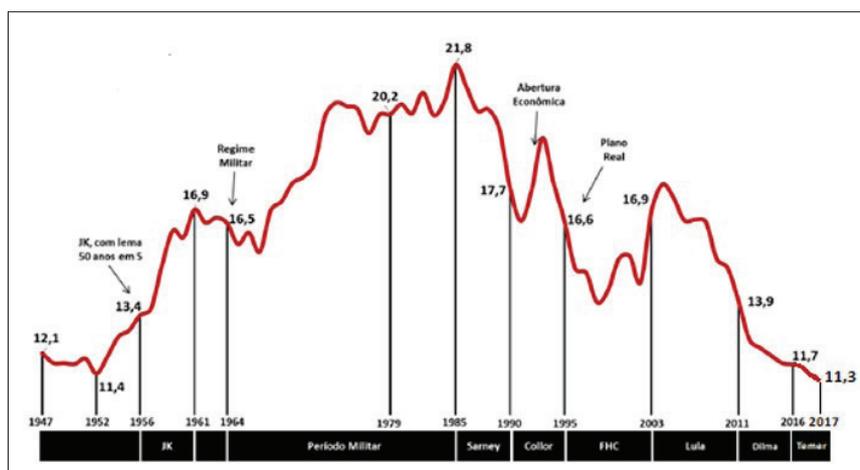
**Fonte:** MDIC – 1997; 2007; 2017.

Esse comportamento impactou, entre 1996 a 2011, nos setores tecnológicos da indústria de transformação, revelam dados do Ipea (2017). A participação das atividades de alta tecnologia passaram de 8,8% para 5,5% e 29,1% para 29,7% na média-alta. Por outro lado, o desempenho para aqueles de menor participação tecnológica, de média-baixa obteve a maior variação, de 28,5% para 33,4% e os de baixa tecnologia de 33,6% para 31,4%.

De acordo com dados extraídos do IEDI (2019), em 2011, o superávit médio da indústria de transformações passou de US\$ 30 bilhões, no biênio 2005-2006, para sucessivos déficits em sua balança comercial. Em 2009, foram -US\$ 8 bilhões e, em 2010, -US\$ 34 bilhões, cujos piores saldos se deram nos setores de intensa tecnologia.

O gráfico abaixo ilustra como esse processo tem desmantelado a manufatura no país, o que tem impactado negativo nos postos de trabalhos, principalmente aqueles que exigem maior escolaridade.

FIGURA 1 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB, EM %



Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração: DEPECON/FIESP CNI.

Esse cenário não se desenvolveu como parte de um processo natural, que “[...] é na maioria das vezes, uma consequência normal de um processo de desenvolvimento econômico bem-sucedido, estando geralmente associado a melhorias do padrão de vida da população” (Feijó; Carvalho; Almeida, 2005, p. 4). O que ocorreu foi uma perda relativa e precoce do papel da indústria e recrudescimento dos padrões de especialização, particularmente *commodities* agrícolas, que projetou o país nesse caminho (BERRIEL, 2016).

Obra do Estado e não da nação, a elite aristocrática criou uma forte estrutura burocrática que nem mesmo a pressão liberal e democrática clássica foi capaz de abalá-la (FAORO, 2001). Com instituições degradadas, sistema político clientelista e corrompido, essa elite não atinge o estágio burguês clássico e se reduz a uma aristocracia patrimonialista, que usa o Estado em uma simbiose de arcaico e moderno para manter seus privilégios, como explicado por esse cientista social. Conduziu e tem conduzido as políticas do país como um negócio particular ao passo que institui uma forma de poder particularista, resistente a qualquer tentativa de alterações econômico, social ou política.

Isso fica ainda mais claro quando observamos que o capitalismo no Brasil assumiu uma forma peculiar, que ganhou substância e suprimiu a autonomia das empresas, os contratos livres e a competição. Foi uma revolução de cima para baixo, predominantemente econômica em vez de política, como destacado por Fernandes (1976). Essa abordagem levou a burguesia nacional a abandonar a agenda de reformas estruturais e políticas de distribuição de renda, selando o fim das políticas de desenvolvimento autônomo. Em vez disso, instituiu a superexploração como uma maneira de compensar a extração de mais-valia pelas economias centrais, que ficaram com a maior parte das riquezas geradas pelo país, como apontado por Marini (2013).

Nesse contexto, o ornitorrinco assume uma forma e, a partir de seus ovos, emerge nada menos que o Abaporu, resultado de uma estranha articulação entre contradições. Portanto, as políticas educacionais devem garantir que a formação não vá além desse ponto, preparando os trabalhadores para o mercado de trabalho desse tipo e não para algo mais amplo, como apontado por Altmann (2002).

## CONHECIMENTO ELEMENTAR PARA A FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA

Pernas esqueléticas sob um corpo opulento, o ornitorrinco é representação notável da estrutura que se erige no país para sustentar uma classe onerosa em seus privilégios, apoiada sobre um povo mergulhado na eterna penúria. Conseqüentemente, a exclusão social se tornará a característica distintiva dessa nação, que, diariamente, testemunha mecanismos que drenam a riqueza e vida desse povo pauperizado.

Desta feita, não seria irracional esperar que essa elite defendesse outra coisa que não uma estrutura que reproduzisse os seus próprios interesses. Aqui se insere o ensino brasileiro destinado a essa população, com políticas educacionais que representam não apenas parte do componente social, mas parte da própria constituição do Estado (XAVIER; DEITOS, 2006). Além de suprir a força de trabalho necessária para essa estrutura, o sistema educacional desempenhara um papel crucial de conformação na formação desse povo. Como Kuenzer (2000) enfatiza, a gestão escolar é sempre crivada pela agenda governamental e expressa sua concepção de sociedade.

Nesse caminho, a gestão escolar é um importante instrumento de afirmação dos princípios internalizados que servem aos interesses da classe dirigente. Ela não se limita somente no propósito de fornecer conhecimento e força de trabalho para seu projeto, mas também os valores que legitimam seus interesses (FRIGOTTO, 2006; MÉSZÁROS, 2008).

Compreendido assim,

A educação, portanto, constitui parte da estrutura social dominante, na medida em que fornece os elementos básicos necessários ao processo produtivo e também os requerimentos ideológicos para a funcionalidade socioeconômica da sociedade, mantendo as condições produtivas, a viabilidade política da ordem social e a regulação relativa da composição geradora de escolarização e profissionalização da força de trabalho. (DEITOS; LARA, 2016, p. 171).

Portanto, a gestão escolar desempenha um papel fundamental na manutenção da estrutura econômica, assegurando as condições políticas e ideológicas para o projeto de nação dessa elite. Sua concepção, formulada nos termos do seu projeto, é cuidadosamente direcionada de modo a evitar cismas no tecido social. Conseqüentemente, do âmago dessa estrutura peculiar, o que eclode desse fecundação não pode ser outra coisa que não seja o Abaporu, uma máquina de moer gente que regurgita um povo exausto, gasto como carvão destinado à queima, como bem lembrado por Darcy Ribeiro (RODA VIVA, 1988).

Alimentado pela energia do povo, os “donos do poder” imprimem uma estrutura econômica que promova, para os seus, uma educação voltada para atividade cerebral, enquanto o restante da população recebe uma mais direcionada para o desenvolvimento neuromuscular. Educação sistemática, rigorosa para uma pequena parcela que pode ter acesso e para outros, aligeirada e em níveis elementares, sem ultrapassar o mínimo necessário para o atendimento da funcionalidade da estrutura produtiva (LIMA FILHO, 2015).

Esse é o papel que a escola brasileira assume e não vem de hoje. Xavier (1990) já antevia essa condição desde as primeiras políticas educacionais, especialmente a partir da década de 1990. Para ela, a estrutura econômica impõe às escolas funções que estas devem assumir, com o objetivo de “[...] adequar o sistema de ensino às

condições materiais e ideológicas geradas nesses avanços” (p.19). Desta forma, o modelo educacional proposto precisa se adequar às estruturas econômicas, visto que o trabalho engendra princípios formativos e educativos necessários (FRIGOTTO, 2006).

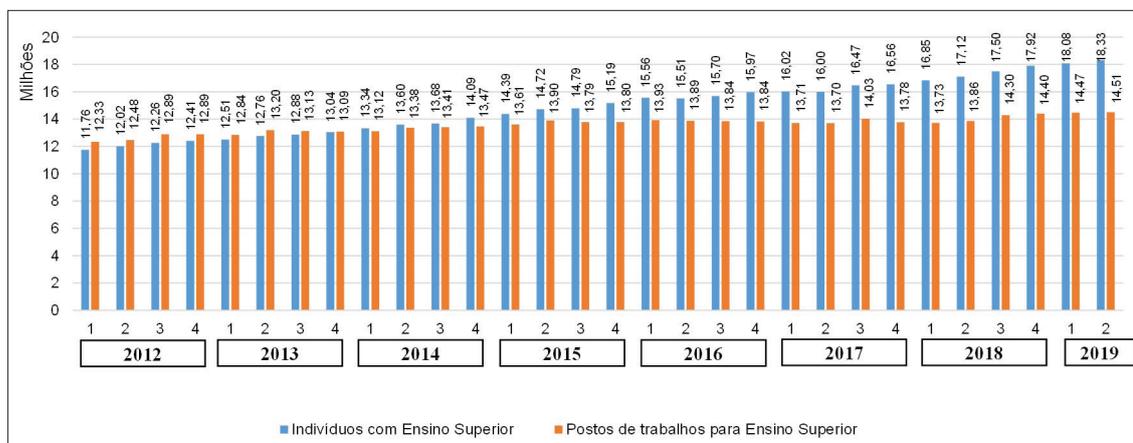
No caso do Brasil, uma economia de baixa complexidade se alinha-se mais a uma economia do conhecimento (MÉSZÁROS, 2008) do que a sociedade do conhecimento (CASTELLS, 2009). Nesse caminho, é preciso que a educação regule a força de trabalho para habilidades mínimas para atender as necessidades da estrutura econômica, dentro do equilíbrio das vantagens produtivas (DEITOS; LARA, 2016), com ênfase nas *commodities*, mormente, petróleo e produtos agropecuários, como ressaltado por Cano (2012) e Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (2014). Conseqüentemente, o insuficiente investimento em ciência e pesquisa parte dessa abre espaço orçamentário e se converte em políticas de financiamento para o setor agroexportador (MARINI, 2013; OREIRO e FEIJÓ, 2010). Drena-se de um lado para alimentar o outro com desfecho líquido e certo que “a acumulação de riqueza num pólo é, portanto, simultaneamente, acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravatura, ignorância, brutalidade e degradação moral no pólo oposto” (MARX, 1994, p. 748-749)

Frigotto e Ciavatta (2003), em sua análise das políticas da década de 90 do século XX, justamente quando o país retoma uma orientação primário-exportadora, identificam que a competição econômica já não se restringe mais à simples extração de riquezas, usurpadas outrora, mas agora envolve o controle da ciência e da tecnologia como meio de determinar o que cada país pode produzir ou não. Assim, países semiperiféricos, como o Brasil, são relegados ao desempenho de funções mais simples, em virtude de sua posição tecnológica, com políticas educacionais destinadas predominantemente para o desenvolvimento de habilidades neuromusculares. Os autores explicam que, na nova fase do capitalismo, o domínio da riqueza material dá lugar ao controle do conhecimento e tecnologia, o que limita as políticas desenvolvimentistas em curso em alguns países periféricos. À vista disso, esses países continuarão dependentes de sua produção tecnológica por meio das importações de produtos industrializados.

Enquanto esses países caminham para atividades neuromusculares, as nações centrais investem no desenvolvimento de atividades cerebrais, indicam os estudos de Frigotto e Ciavatta (2003), que desloca a exploração dos recursos humanos da força física, braços e pernas, para o cérebro, para a intelectualização (DE MASI, 2001). Nessa sequência, forjada como economia de baixa intensidade tecnológica, a exigência de qualificação permanece em níveis medianos e também determinante no tipo de aglomeração de empresas (MACIENTE, 2013). As firmas que se instalam no Brasil buscam as vantagens oferecidas por essa força de trabalho, recorrendo por vezes à superexploração.

Isso posto, a alegada “escassez da mão de obra” não passa de um mito. Tanto Saboia (2009), quanto Maciente (2013), bem como os próprios números do Idados (2019), apontam que algumas carências são específicas, circunscritas a determinadas ocupações e regiões, e não tem impedido o desenvolvimento iniciado no início dos anos 2000, sendo facilmente superadas. Ao contrário, o país tem revelado abundância de profissionais de alta qualificação, no entanto, não encontram empregos em razão de uma demanda medíocre em que o país tem mergulhado (SABOIA, 2009). Embora o Brasil ainda apresente um dos piores indicadores de acesso ao ensino superior e técnico (OCDE, 2019), já não há fôlego suficientes para absorver esses profissionais, pois predomina ocupações para baixa complexidade com saturação para ocupações de maior nível de escolaridade.

**FIGURA 2 – BRASIL: NÚMERO TRIMESTRAL DE INDIVÍDUOS COM ENSINO SUPERIOR X POSTOS DE TRABALHOS PARA ESSA ESCOLARIDADE**



Fonte: PORTAL IDADOS, 2019.

O mesmo fenômeno se manifesta no ensino técnico de nível médio. Enquanto nos países centrais, a média de alunos egressos do ensino médio com formação profissional atinge cerca de 40%, chegando até 70% em nações como República Tcheca, Finlândia e Eslovênia, no Brasil, esses números não ultrapassam de 8% (OCDE, 2019). De acordo com os dados do INEP (2020), em 2017, a modalidade integrada representava 5,7% desse total, mas 6,9% se incluir a formação para o Magistério e 11,5% ao contabilizar a modalidade concomitante.

Lima Filho (2015) esclarece que a força de trabalho brasileira continua a ser insatisfatória e inadequada para lidar com as novas tecnologias, mesmo com avanços em sua integração na economia global. Ainda,

[...] esclarece que, essa situação, evidentemente, não é fruto de uma fatalidade, mas do tipo de sociedade e de desenvolvimento que foi sendo definido historicamente e que impediram e impedem a efetiva universalização da educação, no país, visto que a burguesia brasileira nunca colocou, em termos concretos, a conclusão da educação básica com qualidade, a formação técnico-profissional e a educação superior para a maioria dos trabalhadores, sequer, para prepará-los para o trabalho complexo (LIMA FILHO, 2015, p. 217).

Os dados coletados também evidenciam uma baixa representatividade para os postos de trabalho dos níveis GG2 e GG3, que abrigam as ocupações de maior complexidade e exigem níveis de qualificação mais elevados, nomeadamente ensino superior e técnico de nível médio. A melhoria mais significativa tem sido observada no setor de serviços, para onde a força de trabalho mais qualificada tem migrado, muitas se conformando com ocupações desconexas com sua formação, conforme apontado pelos estudos de Abílio (2017), IBGE (2019) e Saboia (2009).

TABELA 2 – ESTOQUE DE OCUPAÇÕES EM 2017 E 2007

	2017	2007	Representação	
			2017	2007
Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes (GG1)	2.431.415	1.664.246	5,25%	4,43%
Profissionais das Ciências e das Artes (GG2)	5.308.208	3.815.892	11,47%	10,15%
Técnicos de Nível Médio (GG3)	5.261.791	4.041.220	11,37%	10,75%
Trabalhadores de Serviços Administrativos (GG4)	8.978.209	7.256.548	19,40%	19,30%
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados (GG5)	11.490.858	8.376.573	24,83%	22,27%
Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca (GG6)	1.473.956	1.552.891	3,18%	4,13%
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (GG7)	7.941.876	7.471.858	17,16%	19,87%
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Ind. (GG8)	1.521.604	1.401.594	3,29%	3,73%
Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção (GG9)	1.068.395	1.480.828	2,31%	3,94%
{ñ class}	805.278	545.780	1,74%	1,45%
Total	46.281.590	37.607.430	100,00%	100,00%

Fonte: RAÍS, 2007, 2017.

Embora o país tenha apresentado indicadores favoráveis em sua geração de emprego no período compreendido entre 2003 e 2010, tais oportunidades têm sido direcionadas, predominantemente, para ocupações caracterizadas por baixa atividade tecnocientífica, conforme destacado por Saboia (2009), e majoritariamente vinculadas a remunerações de até dois salários-mínimos, apontam os relatórios do IPEA (2020b). Progressivamente, as recompensas salariais entre ocupações de maior e menor complexidade têm experimentado reduções em virtude da capacidade econômica de absorção força de trabalho de altamente performance.

TABELA 3 – BRASIL: REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, DOS RESPECTIVOS ANOS, POR ESCOLARIDADE, EM REAIS A PREÇO DE DEZEMBRO

Escolaridade	2007	2017	Var. relativa (%)
Analfabeto	596,78	1.479,77	147,96
Fundamental Incompleto	798,99	1.822,83	128,14
Fundamental Completo	905,05	1.892,17	109,07
Médio Incompleto	842,89	1.730,34	105,29
Médio Completo	1.112,10	2.140,75	92,50
Superior Incompleto	1.736,91	2.921,74	68,21
Superior Completo	3.242,40	6.071,71	87,26

Fonte: MTE/RAIS, 2007, 2017.

A tendência de declínio nas recompensas salariais para ocupações mais complexas não é uma consequência exclusiva da crise de 2008, mas reflete, em grande medida, dinâmicas preexistentes relacionadas à demanda produtiva. Conforme analisado por Azzoni (2018) ao examinar os salários no período de 2003 a 2013, ocupações que demandam habilidades cognitivas, caracterizadas por atividades mais complexas, apresentavam uma remuneração duplicada em relação à média salarial. Por outro lado, ocupações de natureza social ofereciam uma remuneração uma vez e meia superior à média, enquanto as motoras pagavam 20% abaixo da média, ambas consideradas de menor complexidade.

Entretanto, os estudos de Azzoni indicaram uma diminuição nessas disparidades ao longo do tempo, passando de uma relação média geral de 3,4 vezes em 2003 para 2,8 em 2013 no caso das habilidades cognitivas. As ocupações de natureza social e motoras, por sua vez, apresentaram variações salariais ascendentes superiores, conforme movimento apresentado na tabela 3.

Desta forma, nos mesmos termos da analogia da figura do ornitorrinco, confeccionada brilhantemente por Oliveira (2003), evidenciando a formação de um país que não é nem uma coisa nem outra, gravitando entre o moderno e arcaico, a notável obra de Tarsila do Amaral, “O Abaporu”, nos oferece uma imagem singular do tipo de trabalhador que o sistema educacional brasileiro deve entregar para sustentar aquele corpo opulento e visualmente insustentável sob seus pés: pouco conhecimento e muita força.

O curioso ser, concebido pela elite nacional, reserva uma política enorme e contraditória para sustentar os privilégios de uma minoria, com altos custos sobre uma classe de trabalhadores tratada como carvão para queimar. Nesse contexto, as políticas sociais, particularmente aquelas relacionadas à educação, se restringem a fornecer uma instrução rasa e elementar destinada a capacitar para trabalhos simples e precários, espelhando, assim, a crítica social expressa nas mencionadas obras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consoante ao exposto, Kuenzer (2007) destaca de maneira perspicaz que a problemática da educação no Brasil não reside na esfera pedagógica, mas sim no campo político. Diversos expedientes voltados à perpetuação de uma atividade primária, em recrudescimento, têm sido adotados, especialmente a partir da década de 1980, mediante políticas favorecedoras desse setor (CANO, 2012). Na outra esteira, as reformas da educação implementadas a partir de 1990 coadunam com essa estrutura econômica, atendendo a redução de custos da educação, com ajustes para desenvolver habilidades e conhecimentos demandados pela reestruturação produtiva que o país deveria trilhar (ALTMANN, 2002). Assim, a pesquisadora enfatiza que, embora o avanço na educação tenha possibilitado um maior ingresso no mercado de trabalho, este avanço não transcendeu esse estágio.

O nó da educação brasileira, particularmente no ensino básico, não é de ordem intraescolar, mas extraescolar (XAVIER; DEITOS, 2006). Ou seja, essa determina àquela e não o contrário. A educação elementar continua sendo uma crônica da estrutura econômica que preserva mais o esforço físico do que a atividade cerebral. Decorrente de um longo processo que busca alinhá-la às atividades econômicas preponderantes, aqueles que conseguem transpor esse cenário, por meio da jornada tripla, acabam por ser absorvidos em ocupações desconexas com sua formação, submetidos à égide da superexploração.

Desse modo, perpetua-se um modelo educacional inflexível e relativamente estável, moldado para atender às exigências do disciplinamento social e produtivo demandado pela estrutura econômica. Prevaecem, nesse contexto, políticas regulatórias centralizadas e autoritárias, voltadas para cumprir os compromissos com o mercado (DOURADO, 2007), conferindo às políticas educacionais uma característica de mera atualização do antigo pacto colonial.

## REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludimila. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Instituto Humanis Unisinos**. São Leopoldo, nº 503, Ano XVII, p. 20-27, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, 2002.
- AZZONI, Carlos Roberto. Trabalho e Sociedade - Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Oportunidades para o Futuro do Trabalho. In: **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites**. OIT, 2018, p. 48-52.
- BERRIEL, Ranyer Rodrigues de Araújo. **Os recentes processos de desindustrialização e reprimarização das exportações brasileiras: o papel da taxa de câmbio e dos preços das commodities**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.
- BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio exterior e serviços (MDIC). **Estatísticas do Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3 ed. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de disseminação de estatísticas do trabalho**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 11 nov 2019.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de disseminação de estatísticas do trabalho**. Relatório Anual de Informações Sociais. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em: 20 fev. 2018.
- BRESSER-PEREIRA. Luiz Carlos, MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luis. The Dutch Disease. In: **Developmental Macroeconomics: New Developmentalism as a Growth Strategy**, Londres: Routledge, 2014. Disponível em: [www.bresserpereira.org.br/papers-cursos](http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos). Acesso em 12 dez. 2019.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. In: **Texto Para Discussão 200**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio. 2001.
- DEITOS, Maria Lucia Melo de Souza. **As políticas públicas de qualificação de trabalhadores e suas relações com a inovação tecnológica na indústria brasileira**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- DEITOS, Roberto Antonio. **Os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional paraense para o ensino médio e profissional**. Artigo ainda não publicado, 2019.
- DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Ângela Mara de Barros. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n.64, p.165-188, 2016.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; CARVALHO, Paulo Gonzaga; ALMEIDA, Julio Sergio Gomes. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** São Paulo: IEDI, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 233-263

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

IDADOS: **Cresce o descasamento entre o número de pessoas com nível superior e o número de vagas de trabalho que demandam essa formação**. 11 dez. 2019. Disponível em: <https://idados.id>. Acesso em 20 de jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas econômicas, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 21 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Educação 2007**, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 13 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Educação 2017**, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 13 set. 2019.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Competitividade na era da Indústria 4.0**, 2019. Disponível em: <https://www.iedi.org.br> Acesso em: 09 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência**, 2020a. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> Acesso em: 6 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)d. **Ipeadata**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2020b.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONOMIÁRIO. **Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração**. v. 1, nº 02, setembro, 2019. São Paulo: ILAESE, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

JANNUZZI, Paulo Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. Campinas: Educação & Sociedade, v. 21, n. 70, p. 15-39, 2000.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Expansão da educação superior e da educação profissional no Brasil: tensões e perspectivas. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 51, p. 195-223, 2015.

MACÁRIO, Epitácio. *et al.* **Dimensões da crise brasileira:** dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: Ed. UECE; Bauru: Canal 6, 2018.

MACIENTE, Aguinaldo N. **The determinants of agglomeration in Brazil: inputoutput, labor and knowledge externalities.** Tese de Doutorado, University of Illinois, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da Economia Política: livro 1. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994. V. I e II.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Desindustrialização:** conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 30, nº 2 (118), p. 219-232, abril-junho. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório:** Trabalho Decente e Juventude no Brasil. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE), **Education at a Glance 2019:** OECD Indicators, Paris: OECD, 2019

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADO JR. Caio. **Histórica econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1981

RODA VIVA. **Darcy Ribeiro.** São Paulo, Tv Cultura, 20 de junho de 1988. Programa de TV.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54. p. 533-550, 2008.

SABOIA, João. **Tendências na Qualificação da Força de Trabalho.** Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; LIMA FILHO, Domingos Leite. Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 725-743, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Anuário Brasileiro da Educação Básica:** 2018, Brasília, Moderna, 2018.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; DEITOS, Roberto Antonio. Estado e política educacional no Brasil. **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**, Cascavel: EDUNIOESTE, 2006, 67-86.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil:** a Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961). Campinas: Papyrus, 1990.

**Data da submissão: 17/04/2024**

**Data da aprovação: 15/05/2024**